

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA**  
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**  
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às  
4 quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se virtualmente a Comissão de Orçamento e Patrimônio  
5 sob a presidência do Professor Doutor FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES  
6 NETO, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva, coordenador da Assessoria de  
7 Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: Adilton Dorival Leite, Adriana Nunes  
8 Ferreira, Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira, André Martins Biancarelli, Edson Tomaz,  
9 Maria Helena Baena de Moraes Lopes e Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho. Havendo quórum,  
10 o SENHOR PRESIDENTE dá início à Centésima Quadragésima Primeira Reunião Ordinária  
11 da Comissão de Orçamento e Patrimônio, que está sendo realizada virtualmente, em função da  
12 suspensão das atividades presenciais na Unicamp. Submete à apreciação a Ata da 137ª Reunião,  
13 consultando se há alguma observação ou retificação. Não havendo, submete à votação a referida  
14 Ata, que é aprovada com 04 votos favoráveis e 03 abstenções. Passa à Ordem do Dia, que tem  
15 como item único a Segunda Revisão Orçamentária de 2020, solicitando ao senhor Thiago, da  
16 Aeplan, que faça a apresentação. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que na Segunda  
17 Revisão Orçamentária utilizam as despesas realizadas e as receitas até junho, com uma  
18 estimativa de despesas de junho até dezembro. O demonstrativo de receitas e despesas apresenta  
19 um déficit de despesas aprovadas para 2020 no valor de R\$263,4 milhões, o que somado com  
20 os recursos de dotações de saldos de anos anteriores, transformam o déficit total da  
21 Universidade em R\$379,7 milhões. Esse é um panorama geral de como estão as despesas e  
22 receitas na Universidade, com as despesas da Universidade superiores às receitas do tesouro do  
23 estado, situando-se em praticamente 120% das receitas que receberão agora em 2020. Entrando  
24 um pouco mais detalhadamente nas receitas, elas apresentam nesta segunda revisão uma  
25 previsão 10,5% menor, o que atinge a Universidade em uma arrecadação de menos R\$270,5  
26 milhões. Então as receitas da Universidade, que inicialmente imaginavam que somente o  
27 tesouro do estado já estaria em R\$2,5 bilhões, hoje, mesmo com as receitas próprias, já estão  
28 abaixo de R\$2,3 bilhões. Começaram 2020 com recursos aprovados na LOA prevendo uma  
29 arrecadação de ICMS de R\$113,8 bilhões, que foi reduzida já na primeira revisão orçamentária  
30 para R\$105,4, e nesta segunda revisão orçamentária para R\$101,3 bilhões. Então, de perda de  
31 arrecadação de ICMS líquido para o estado, esse valor já está em R\$12,5 bilhões, o que reflete  
32 na Universidade uma perda de ICMS acima de 10%, sendo que só de recursos de ICMS não  
33 receberão R\$260,6 milhões agora em 2020. Esses recursos já foram contingenciados no  
34 orçamento, então, mesmo na parte orçamentária, o estado entende que não farão recebimento  
35 do financeiro, o que pode dificultar a execução das despesas e o empenhamento no final do  
36 exercício. Seguindo nos gráficos, mostra que a linha azul era projeção da arrecadação feita na  
37 primeira revisão; a linha superior, em preto, mais fina, o que seria previsto para 2020 na LOA;  
38 a arrecadação, a linha mais escura, que vem até o mês de junho, já fechado; e a linha laranja  
39 são as previsões da Secretaria da Fazenda para o final do exercício. Além do grande vale de  
40 arrecadação entre o estimado e o que realmente aconteceu nos meses até julho, a própria

1 Secretaria da Fazenda já entende que estão chegando perto de um novo patamar de despesas,  
2 que deve ficar bem abaixo do que estava estimado inicialmente. Refletindo na Universidade,  
3 em valores reais, e utilizou o IPCA só para escolher um índice, para não ficar mostrando todos  
4 os gráficos, é possível ver claramente que tanto a arrecadação até junho como a arrecadação  
5 estimada para este exercício é menor do que o pior ano da série, que foi 2016. O ano de 2016  
6 sempre foi considerado o pior em termos de arrecadação, em razão da crise pela qual passam  
7 desde 2014; estavam começando a se recuperar este ano para chegar no equilíbrio financeiro,  
8 mas a pandemia está fazendo este ano ser pior do que 2016. No próximo gráfico, a linha azul é  
9 a estimativa de arrecadação para 2020, e veem que nos próximos meses as arrecadações  
10 estimadas estão muito próximas, e até abaixo do ano de 2016. Dessa forma, precisarão começar  
11 uma nova recuperação, mesmo descontando o período de isolamento, mais fechado, esse novo  
12 patamar vai trazer à Universidade receitas muito menores do que estavam sendo revistas  
13 inicialmente. Em seguida, passa às receitas próprias da Universidade, que nesta segunda revisão  
14 estão R\$9,9 milhões abaixo do estimado inicialmente, mas a coluna D mostra que as doações  
15 da pandemia, que são os recursos que entraram de doações para utilização da pandemia em  
16 socorro à Universidade, são R\$12,9 milhões. Isso mostra que mesmo a receita estando menor,  
17 estão considerando esses R\$12 milhões, o que faz com que a perda real de receita tenha sido  
18 muito maior do que isso. Então aqueles R\$63 milhões já estão caindo mais ou menos para R\$42  
19 milhões de receita própria, o que afeta tanto este ano como dificulta as receitas do próximo  
20 exercício, principalmente em relação às aplicações financeiras, pois por estarem com o menor  
21 juros de taxa Selic da história, isso vai refletir em 2020 e 2021, já que as receitas de aplicação  
22 financeira também ficarão bem abaixo do esperado e do que aconteceu em anos anteriores.  
23 Passando para as despesas, informa que elas se encontram, em relação à proposta de distribuição  
24 orçamentária, com praticamente R\$95 milhões a menos, 3,4%. Mostrando item a item, o Grupo  
25 I - Pessoal nesta revisão apresenta mais uma redução, além do que já havia baixado na primeira  
26 revisão. Nesta segunda revisão, o valor caiu para praticamente R\$31,5 milhões abaixo do  
27 estimado inicialmente. Observa que foram considerados aqui todos os decretos e leis que estão  
28 em vigor, dentro e fora da Universidade, já estão computados todos os cancelamentos feitos  
29 pela lei complementar 173, as novas expectativas de folha, considerando todo esse cenário, e  
30 também a mudança da contribuição previdenciária. No Grupo II - Juros, Encargos,  
31 Amortizações e Sentenças Judiciais, os valores se mantêm, já que grande parte desse valor é  
32 paga no final do ano. O Grupo III - Despesas de Utilidade Pública, traz um pouco do que seguiu  
33 para o restante da proposta. Quando foi feita a primeira revisão orçamentária, imaginavam que  
34 haveria um isolamento de abril até junho, foram esses três meses que consideraram que as  
35 despesas seriam menores. No momento, estão utilizando como base para fazer uma estimativa  
36 a manutenção dessas despesas menores que estão acontecendo no período de isolamento, até  
37 setembro, e a partir de outubro uma retomada das despesas, imaginando alguma nova  
38 movimentação, volta ao trabalho presencial. Em nenhum momento dessas previsões estão  
39 imaginando a Universidade voltando a 100%. Então, essas reduções de despesas de utilidade  
40 pública deste ano, por volta de mais de R\$10 milhões, não acontecerão nos próximos anos, o

1 que fará com que as despesas do próximo ano sejam bem superiores às deste ano. Esse cálculo  
2 usado nas despesas de utilidade pública foi utilizado mais ou menos para todos os grupos de  
3 despesa. No caso do Grupo IV - Restaurantes e Transportes, informa que transportes estão  
4 praticamente com os mesmos valores da proposta orçamentária, não foi adotado nenhum  
5 cancelamento de linhas em virtude da pandemia, e toda queda vem mesmo dos restaurantes  
6 universitários, pela baixa adesão, e diminuiu um pouco mais do que haviam previsto na primeira  
7 revisão orçamentária, porque a real execução do Restaurante Universitário está bem menor do  
8 que conseguiram prever no início de abril. No Grupo V - Despesas Contratuais, além daqueles  
9 reajustes normais que acontecem durante o ano, recursos suplementados por unidades com  
10 recursos de custeio, está sendo lançada uma redução de R\$14 milhões nos contratos. Já haviam  
11 entrado R\$7 milhões na primeira revisão em virtude da renegociação, discussão e diminuição  
12 desses contratos, e agora estão entrando com mais R\$7 milhões nesta segunda revisão  
13 orçamentária, muito mais baseado agora na não execução de contratos por estimativa do que na  
14 negociação de fato de contratos, de cartas contratuais. Seguindo para o Grupo VI - Programas  
15 de Apoio, há uma redução menor do que aconteceu na primeira revisão, porque na primeira  
16 revisão realmente entraram todos os contingenciamentos de despesas, as reduções em vários  
17 itens. Nesta segunda revisão orçamentária, estão fazendo duas reduções: uma de não utilização  
18 de recursos do Faepex de R\$1,2 milhão, e os recursos do programa São Paulo Excellence Chair,  
19 que são dois recursos que não iam ser utilizados, e em negociação com a pró-reitoria acertaram  
20 de fazer a redução dos valores. No Grupo VII - Manutenção de Atividades Existentes, não estão  
21 fazendo nenhuma redução. A movimentação nesse grupo é apenas de transferências de recursos,  
22 principalmente do Grupo IX - Despesas Custeadas com Receitas Próprias para o custeio, foi  
23 uma execução, então nesse grupo não há nenhuma movimentação além dessas transferências  
24 que geraram um pouco desse crescimento das despesas. No Grupo VIII - Projetos Especiais,  
25 aparecem duas movimentações principais. Inicialmente nos projetos especiais do planejamento  
26 estratégico, em negociação com a CGU, foi efetuada uma redução de um pouco mais de R\$1,2  
27 milhão de despesas, porque não vão ser utilizadas neste ano. E aqui aparece a única  
28 suplementação dessa proposta, na verdade uma suplementação no Grupo VIII, mas foi uma  
29 transferência de despesas: aparecem R\$3,4 milhões suplementando o item de consultoria para  
30 o Hospital de Clínicas. Foi feito um edital e os valores que estavam estimados na proposta  
31 foram muito subestimados, então o valor de R\$2,5 milhões está passando para R\$5,9 milhões.  
32 Aparecerá no Grupo X, mas esclarece que foram retirados quase R\$4 milhões dos projetos  
33 estratégicos do planejamento estratégico da Universidade, foram canceladas despesas e  
34 transferidas para esses itens de projetos especiais. Nos Projetos Especiais, além disso, aparecem  
35 alguns investimentos que tinham sido aprovados no passado, tanto em reuniões da COP como  
36 na antiga lista da PRDU de obras, então nesse Grupo VIII também se apresenta essa execução.  
37 No Grupo IX - Despesas Custeadas com Receitas Próprias, todo crescimento é baseado nos  
38 R\$12,9 milhões de doações. A redução nas receitas próprias, na verdade, é mais uma  
39 transferência de recurso para o custeio e outros programas. Aparece uma novidade no Grupo X  
40 - Créditos a Conceder/Valores não Empenhados, que não apareceu na primeira revisão

1 orçamentária, que foi a redução dos valores. Dentre os R\$128,5 milhões, que inicialmente  
2 entraram como saldo de anos anteriores, após algumas análises foram cancelados  
3 aproximadamente R\$11 milhões, de despesas que não ocorrerão, e foi cancelado mais cerca de  
4 R\$1 milhão de despesas que já aconteceram e estão lançadas em Projetos Especiais. Esse é o  
5 resumo das despesas, que estão em praticamente R\$95 milhões a menos. Fazendo uma relação  
6 entre as receitas e despesas, apesar de toda movimentação da Universidade para reduzir  
7 despesas, chegam a uma faixa de R\$95 milhões, muito aquém dos R\$270 milhões de receitas  
8 que não se realizarão agora em 2020. Isso fez o déficit no exercício subir de R\$204 milhões  
9 para R\$280 milhões, praticamente. Muito vem da queda da arrecadação, apesar do esforço da  
10 Universidade nas suas despesas, que não foi suficiente para conter essa queda e, por isso, o  
11 déficit aumenta. Como já informado na primeira revisão, considerando o cenário imprevisível  
12 em um futuro próximo, a Aeplan em conjunto com a Cplae e a PRDU estão fazendo um  
13 acompanhamento mensal dessas previsões e da realização da arrecadação do ICMS, com a  
14 possibilidade de propor novas medidas em função de uma mudança significativa do cenário.  
15 Como de costume, é apresentado o gráfico da reserva estratégica, que em 30.06.2020 estava  
16 com R\$377,5 milhões. Em seguida, como também foi apresentado na primeira revisão  
17 orçamentária, traz gráficos com um balanço do que aconteceu no exercício. A proposta de 2020  
18 estimava que o déficit anual seria de R\$75,5 milhões, com R\$128,5 milhões de saldo de anos  
19 anteriores; iniciaram o ano com recursos livres de quase R\$200 milhões, o que não acontece  
20 mais neste momento, uma vez que, com a queda de arrecadação, todo esse recurso que antes  
21 estava disponível hoje, financeiramente, empata praticamente com as despesas orçamentadas e  
22 orçadas dentro da revisão orçamentária. Isso mostra que a Universidade hoje não possui mais  
23 nenhum recurso disponível, nem para fazer reserva ou para qualquer outro investimento.  
24 Professor ALEXANDRE LEITE RODRIGUES DE OLIVEIRA diz que tem acompanhado, não  
25 tão de perto quanto na época em que era diretor do IB, e é bastante assustadora a situação. Ficou  
26 com uma dúvida em relação a esse contingenciamento que o Thiago descreveu na proposta  
27 orçamentária e os impactos dele. Pergunta, na prática, ao que se refere esse contingenciamento  
28 já realizado, de R\$260 milhões, e como isso reflete na despesa corrente. Pergunta se já não têm  
29 disponível esse recurso e empregam a reserva estratégica para qualquer tamponamento ou  
30 adiantamento de despesas. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA responde que o  
31 contingenciamento é de dotação orçamentária, então o recurso financeiro que tinham no caixa  
32 continua lá, não há problema nenhum nisso, de início. O que acontece é que para qualquer  
33 despesa orçamentária, precisam ter essa dotação para fazer o empenhamento e o pagamento  
34 dessas despesas. Como houve essa redução, diminuiu a dotação distribuída hoje na  
35 Universidade para fazer o empenhamento. Sobre o recebimento de financeiro, de ICMS, isso  
36 continua normal, como sempre esteve. Se a arrecadação subir, der um pico, subir além dos  
37 valores previstos, esses valores serão recebidos pela Universidade, sem problema nenhum. O  
38 que entendem quando há esse contingenciamento é que talvez essa arrecadação que esteja sendo  
39 tratada, apesar de algumas pessoas entenderem que ela ainda está muito indefinida, como não  
40 sabem se realmente chegaram em um patamar ou se esse patamar pode ser um pouco acima,

1 essa arrecadação no final do ano pode acabar sendo maior do que está sendo previsto  
2 inicialmente. Mas, de fato, quando é tirada essa dotação, não se consegue fazer o  
3 empenhamento da despesa, portanto, hoje a Universidade não teria dotação orçamentária para  
4 executar todas as despesas que ela tem para o exercício. O Professor ALEXANDRE LEITE  
5 RODRIGUES DE OLIVEIRA pergunta se isso independentemente da reserva, ou seja,  
6 eventualmente teriam de gastar a reserva, de fato, para cumprir esses compromissos financeiros.  
7 O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA responde que sim. Nos piores meses do ano para a  
8 Universidade, ela já não recebeu recursos suficientes para pagamento da folha, em dois meses  
9 do ano. Nesses dois meses, já foram utilizados recursos da reserva, o financeiro da reserva para  
10 pagamento, e nesses dois meses já fizeram a solicitação do que está sendo tão falado  
11 ultimamente, que é o superávit financeiro. Solicitam ao estado, ele libera a dotação para  
12 utilizarem os recursos que a Universidade tem em caixa. Então, pegam uma dotação nova do  
13 estado, que foi o que fizeram nos dois piores meses, e utilizam o financeiro. Se não tiverem  
14 essa dotação, se fizerem algum pagamento da Universidade, não conseguem passar no sistema  
15 do estado. É um pouco essa a dificuldade que pode ocorrer no final do ano. O Professor  
16 ALEXANDRE LEITE RODRIGUES DE OLIVEIRA pergunta, em relação às receitas  
17 próprias, como são feitas as escolhas de aplicação e como isso é gerenciado. Não aparece em  
18 nenhum momento como a PRDU ou a Aeplan gerenciam essas operações financeiras. O senhor  
19 THIAGO BALDINI DA SILVA responde que as aplicações financeiras são gerenciadas pela  
20 DGA Finanças. Quando olham a receita própria, além das aplicações financeiras, há por  
21 exemplo o termo de acordo do Banco do Brasil com o estado de São Paulo, que envolve a venda  
22 da folha. Dentro desse acordo, a Unicamp tem um leque limitado de aplicações financeiras,  
23 então trabalham com alguns fundos de aplicação financeira dentro do Banco do Brasil, que são  
24 os fundos onde o estado pode aplicar. Até possuem algum poder de fazer alguma aplicação de  
25 um fundo mais conservador para algo mais arrojado, mas arrojado para o estado. Então, não é  
26 uma decisão da Universidade onde ela vai querer investir, ela tem alguns fundos onde ela  
27 investe. No pior do momento financeiro da pandemia, que foi em março, onde ocorreram todas  
28 as quedas, que a bolsa despencou, começou a cair tudo, ali a Universidade conseguiu trabalhar  
29 seus recursos e passar para um fundo mais conservador e diminuir essa perda, tanto que, nos  
30 próximos meses, não teve nenhuma perda. Portanto, ela consegue trabalhar, mas muito pouco,  
31 há alguns fundos que ela pode escolher, um pouco mais conservadores ou um pouco menos,  
32 mas todos são regulamentados pelo estado. O Professor SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES  
33 FILHO sugere que acrescentem a informação para as próximas instâncias sobre o quanto restará  
34 de reserva, uma vez que seja executado esse déficit ao final do ano. Acha que a projeção para  
35 o fim do ano é uma informação importante depois para tomada de decisão. O SENHOR  
36 PRESIDENTE concorda e diz que podem anexar esse gráfico para a CAD. Ele é bem  
37 ilustrativo, então ele poderia ser apresentado sempre junto com a proposta. O senhor THIAGO  
38 BALDINI DA SILVA lembra que esse gráfico é uma representação entre o saldo atual e qual  
39 o déficit apresentado na revisão. Mas esse valor de saldo atual varia todos os meses, por isso o  
40 gráfico serve mais como uma referência de que se olharem tudo o que está no banco hoje e as

1 despesas, esses valores já estão exatamente, não exatamente vá acontecer isso no final do ano,  
2 mesmo porque muitas das despesas, elas já foram executadas até o meio do exercício. Então se  
3 acontecer isso, usando somente os gráficos da proposta, apresentam que no primeiro semestre,  
4 entre receitas e despesas, aconteceu um déficit de R\$69 milhões. Então se imaginarem o saldo  
5 no meio do ano e as despesas ocorrerem todas até o final do ano, talvez o saldo financeiro fique  
6 por volta de R\$65 a R\$70 milhões em 31.12. O Professor SÉRGIO LUIZ MONTEIRO  
7 SALLES FILHO diz que mesmo que entrem os R\$8 milhões de diferença, ainda assim  
8 terminariam com zero em caixa, ou próximo disso; acha que essas coisas precisam ser  
9 apresentadas dessa forma, porque uma coisa é dizer que o déficit poderá montar os R\$390  
10 milhões no total, e outra é quanto fica em caixa, uma informação que as pessoas vão querer  
11 saber. E já sabem que fica em caixa nada. Além disso, provavelmente vai voltar a discussão  
12 sobre os R\$116 milhões, aquilo que era R\$128 milhões, agora são R\$116 milhões, que são  
13 aqueles recursos parte das unidades e outra parte daqueles outros projetos que ainda estão na  
14 dependência de resolver se vão ser executados ou não. Então, tirando os R\$116 milhões, que  
15 podem não gastar, pelas mesmas razões que não gastaram nos anos anteriores, o valor  
16 apresentado no gráfico seria o saldo financeiro mesmo, o caixa, no final de dezembro, caso  
17 todos os R\$263 milhões sejam executados. Essa informação precisa ficar clara para as pessoas,  
18 para elas entenderem, e tem um segundo ponto que é o fato de que vão ter de começar a enfrentar  
19 a questão do PL 529. Provavelmente a COP vai ter de se reunir novamente caso ele prossiga na  
20 Assembleia e tenham de revisar o que fica de financeiro, porque imagina que uma parte desses  
21 R\$116 milhões, pelo menos, se não mais do que isso, esteja na mira do governo do estado, e  
22 então a Universidade não teria orçamento para realizar os gastos. O senhor THIAGO BALDINI  
23 DA SILVA diz que se o PL for aprovado, pensando na forma como as universidades estão  
24 entendendo o PL, o superávit financeiro de balanço de receitas do tesouro do estado em 2019  
25 foram os R\$48 milhões. Então, da forma como está escrito lá, além de esses R\$48 milhões não  
26 serem repassados de dotação, teriam de transferir de volta de recursos da cota única. Então, o  
27 saldo que é apresentado naquele gráfico, de R\$377 milhões, já vai ter uma redução de R\$48  
28 milhões desses recursos que vão aparecer no PL. Se imaginam que hoje as despesas, esquecendo  
29 um pouco de dotação, se comparam ao financeiro que está no caixa, vão estar com despesas  
30 muito acima até do financeiro, com a aprovação do PL. Então, é um assunto que se aprovado  
31 da forma que está, ou qualquer outra mudança, com certeza trará a necessidade de se reunirem  
32 e tomarem alguma decisão dentro da COP. O SENHOR PRESIDENTE diz que de fato o PL  
33 traz um problema extra para a Universidade, mas ainda precisam ver se ele será ou não  
34 aprovado, e em quais termos. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI concorda com  
35 a sugestão, ia fazê-la também, do professor Sérgio, sobre o gráfico das barras e das cores  
36 diferentes, que é uma espécie de síntese, apesar de ser uma previsão. Na prática algumas coisas  
37 acontecem até o fim do ano, mas, basicamente, o retrato é esse, a previsão do início do ano  
38 agora foi revista para basicamente consumirem quase todas as reservas, não tem mais saldo  
39 financeiro. Incluindo, se levarem em consideração o que vem dos outros anos, que era R\$128  
40 milhões e agora se tornou R\$116 milhões, basicamente se esgota a reserva. Acha que essa

1 mensagem precisa ficar clara; se isso, do ponto de vista muito objetivo, pode não significar  
2 problemas concretos imediatos para este ano, para o ano que vem não há muita saída. Em  
3 relação a um momento mais profundo da crise, de dois, três meses atrás, a queda de receita  
4 acaba sendo um pouco menos drástica do que se chegou a prever ou a temer, e a queda de  
5 despesa da Universidade com ela parada também é bastante importante. Paradoxalmente, isso  
6 tem a ver com a continuidade da pandemia e com a forma como a sociedade reagiu à doença,  
7 porque na verdade a economia não parou muito; chegou-se a imaginar 25%, 30% de queda de  
8 arrecadação, e não foi isso. A previsão que está impactando aqui é 10,5%. Mas, ao mesmo  
9 tempo, a Unicamp está conseguindo reduzir bastante as suas despesas, não no item mais  
10 importante, que é com pessoal, mas com as outras despesas contratuais porque ela está fechada.  
11 Isso também projeta um quadro complicado para o ano que vem, porque esperam que no ano  
12 que vem não estejam em casa, esteja tudo funcionando mais ou menos. E certamente a receita  
13 não vai crescer no ano que vem na medida em que vão crescer essas despesas. Vão sobreviver  
14 até o fim do ano, mas provavelmente no ano que vem alguma coisa mais estrutural, mais  
15 profunda terá de acontecer. O SENHOR PRESIDENTE concorda que o quadro agora é um  
16 pouco melhor do que previam há dois meses, mas, de qualquer maneira, a situação para o ano  
17 que vem é preocupante, independente do PL 529. Até pelo fato de que as reservas da  
18 Universidade estão se esgotando, e com a volta da atividade, aquilo que conseguiram não gastar  
19 esse ano voltarão a gastar no ritmo, naturalmente, muito maior. Se adicionam a essas  
20 preocupações todas o PL 529, então uma tempestade perfeita é o quadro que se avizinha. Estão  
21 aguardando ansiosos o desfecho da votação desse PL, com todas as emendas que já foram  
22 propostas, várias das quais poupando as universidades e a Fapesp. O senhor THIAGO  
23 BALDINI DA SILVA diz que também achou estranho que receita esteja subindo, mas não quis  
24 colocar na apresentação, muito menos na revisão, até para não confundir as pessoas, tanto que  
25 tratou só a receita da primeira revisão e a última, para não mostrar muito quadro de diversos  
26 números. De qualquer forma, já foi muito pior, houve algumas piores, previsões, até na própria  
27 Secretaria da Fazenda, e ela veio subindo aos poucos. É um crescimento pequeno, mas está  
28 melhorando, já é um início; no entanto, quando pensam no que deveria estar acontecendo, o  
29 quadro é muito difícil, muito abaixo. Não resta dúvida de que este ano está sendo duro, a receita  
30 caiu, e acha que é quase certo imaginar que no ano que vem, mesmo com o crescimento, a  
31 economia vai estar muito aquém do que estava sendo esperado para esse ano. Em reunião com  
32 a Secretaria da Fazenda, foi informado de que os dados de arrecadação para o ano que vem vão  
33 estar próximos de 2017. Talvez isso possa estar um pouco pesado, mas, de fato, não vão ter tão  
34 próximo essa arrecadação que teriam este ano, que seria necessário para equilibrar as contas da  
35 Universidade. Então, 2021 deve ser um ano também muito difícil para a Universidade, onde a  
36 arrecadação vai continuar baixa e provavelmente todas as despesas vão ser muito maiores do  
37 que este ano, até pelo retorno das atividades presenciais. Então, é bastante preocupante a  
38 situação do ano que vem. O Professor SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO diz que a  
39 realidade é que terminar com um cenário hoje positivo é terminar com esses R\$116 milhões,  
40 ou próximo disso, em termos de financeiro. Pode até ser que seja um pouco melhor, se a

1 arrecadação aumentar. E existe um outro cenário bastante preocupante, que é o do PL. De  
2 qualquer maneira, supondo que seja esse o saldo no final do ano, eles não serão suficientes para  
3 cobrir o déficit de 2021. Então talvez a COP já devesse deixar claro que esse é o recurso que  
4 possuem e precisam tentar preservá-lo até o fim do ano, com um esforço de todos no sentido  
5 de não entrar nesses recursos. Sabem que uma parte dele, importante, agora já um pouco mais  
6 da metade, está com as unidades. Então, fazer uma recomendação para que esses recursos sejam  
7 poupados. Eles serão, porque já estão em setembro, e sabem como o tempo disponível  
8 influencia no gasto no setor público. Então, eles dificilmente serão gastos. Mas o alerta lhe  
9 parece importante, dado que R\$116 milhões não seriam suficientes para cobrir um déficit. Isso  
10 vai depender evidentemente da arrecadação, de quanto as despesas da Universidade vão voltar  
11 a aumentar, se no mesmo patamar de antes da pandemia, maior ou menor. Uma expectativa  
12 como essa que o senhor Thiago mencionou, de a arrecadação voltar aos níveis de 2017, ou uma  
13 média trienal, algo assim, que utilizem, provavelmente levará a um déficit que deve superar  
14 esses R\$116 milhões. Então, de alguma maneira, a COP poderia dar esse recado, de extrema  
15 cautela agora, isso sem considerar o PL. Os valores a serem confiscados, pelo que tem ouvido,  
16 estão variando. Acha que a interpretação das universidades é diferente da interpretação que o  
17 governo está dando hoje. O governo vê um volume muito maior de dinheiro do que estão vendo.  
18 O que vai sair disso também não sabe, porque deve ser uma briga com a Secretaria da Fazenda,  
19 uma briga com a Secretaria de Orçamento, alguma coisa assim. Essa briga deverá acontecer  
20 caso o projeto seja aprovado com aquele artigo 14. Acha que a COP deveria explicar um pouco  
21 mais o que fica de dinheiro, o quanto será usado no ano que vem, e a necessidade de ir com  
22 extrema cautela, até porque existe um cenário ainda pior, que é o do projeto de lei 529. O  
23 SENHOR PRESIDENTE diz que podem incluir um parágrafo extra nas conclusões que são  
24 apresentadas pelo senhor Thiago, fazendo referência a agir com cautela e poupar essa reserva  
25 que, apesar de aparecer aqui como valores não empenhados em exercícios anteriores, servirá  
26 para enfrentarem as dificuldades de 2021, porque, de fato, a projeção é que os recursos  
27 disponíveis na reserva se encerrem antes do fim de 2021, se tudo continuar como está, mesmo  
28 que o projeto de lei não passe. Com o projeto de lei, a situação fica um pouco mais complicada  
29 e, mais do que isso, como o professor Sérgio disse, há uma divergência entre a interpretação da  
30 Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão e das universidades com relação ao valor total do  
31 superávit financeiro que é apresentado no balanço patrimonial. Isso traz uma dificuldade extra  
32 porque isso pode significar alguma coisa da ordem de R\$100 milhões a mais do que estão  
33 projetando de “confisco” das reservas da universidade. O Professor ALEXANDRE LEITE  
34 RODRIGUES DE OLIVEIRA diz que sobre essa reserva, se lembra que havia algumas dúvidas  
35 sobre os valores em si, o que é estimativa, não sabe se isso se confunde um pouco também com  
36 os recursos reservados para obras ou eventualmente, como viu agora, algum recurso foi tido  
37 como não necessário mais, e é descontado. Pergunta o quanto disso ainda pode ser realidade,  
38 claro que deve ter se estreitado muito mais essa possibilidade de algum caixa oculto, por estar  
39 empenhado, mas, por outro lado, há alguns projetos ou obras, como o museu do Instituto de  
40 Biologia, Museu Herbário, que tem recursos mistos. No caso citado, uma parte é Finep, uma

1 parte é orçamentária, e o repasse da Finep aconteceu e isso acaba entrando no mesmo bolo de  
2 recursos da Universidade. Então pergunta o quão real é o valor dessa reserva e o quanto já não  
3 é realmente intrinsicamente empenhado para alguma atividade, tendo vindo de alguma outra  
4 agência ou de alguma outra origem já carimbado. O SENHOR PRESIDENTE diz que agora  
5 possuem R\$116 milhões, dos quais cerca de R\$64 milhões são recursos das unidades e órgãos,  
6 que são repassados todo início de ano, são destinados novamente às unidades. E aí sobram cerca  
7 de R\$52 milhões de recursos que não são esses das unidades, e que na maioria se referem a  
8 obras. Também não são obrigados a cancelar isso tudo. Na verdade, foi feito um esforço, eram  
9 R\$128 milhões, agora são R\$116, milhões, uma mudança considerável, R\$12 milhões. Uma  
10 parte disso foi executada, uma parte foi transferida para outro lugar, e uma parte foi  
11 simplesmente eliminada porque foi feito um esforço de conferência de todos os itens que  
12 compõem esse Grupo X para ver o que não precisava ser executado mesmo. E desses recursos  
13 que possuem agora ainda ligados a obras, que devem remontar até R\$50 milhões, ainda que não  
14 eliminem isso, podem sempre postergar a execução dessas obras, o que traria algum alívio neste  
15 momento, até que recuperem uma parte dos recursos, porque agora, sem recursos para fechar o  
16 ano de 2021, para pagar as despesas de 2021, o máximo que conseguirem poupar disso, melhor.  
17 Então acredita que também uma parte, não que precisem cancelar as obras todas, mas  
18 possivelmente tentarão postergar o uso desses recursos, os das obras e também aqueles que  
19 estão à disposição das unidades e dos órgãos, que são os R\$64 milhões. Hoje em dia já não são  
20 mais R\$64 milhões, pode ser que uma parte tenha sido consumida também, mas uma parte desse  
21 recurso que foi concedido às unidades também deveria ser poupada para que consigam enfrentar  
22 as adversidades de 2021. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que esses R\$128  
23 milhões, se pegarem no início do ano, R\$64 milhões já são transferidos automaticamente das  
24 unidades de ensino e pesquisa, então aquele saldo de custeio que as unidades recebem já  
25 tomaram metade desses valores. Esses R\$64 milhões fazem conta com todos os aprovados pela  
26 COP dos últimos anos, aquela antiga lista da PRDU, programas, como o exemplo hoje que deu  
27 referente ao planejamento estratégico. Parte desses valores que ficaram, que hoje com os  
28 cancelamentos e com a suplementações que são lançadas na proposta, são de R\$51 milhões no  
29 total, e parte desses valores já foram transferidos para execução. Desses quase R\$50 milhões  
30 que estão sobrando, R\$42 milhões são de obras e investimentos de forma geral. Cita os R\$15  
31 milhões que foram destinados para obras ano passado, que estão sendo tratados pela Depi;  
32 existem cerca de R\$11 milhões que ainda estão nesse saldo. Então, deve ter, na Aeplan, um  
33 valor próximo de R\$50 milhões, um pouco menos, a ser distribuído, sem nenhuma previsão de  
34 execução. O restante desses valores já foi para a unidade; por exemplo, se são R\$3 milhões  
35 previstos para uma obra, e a obra acabou ficando em R\$2,3 milhões, sobram R\$700 mil. Foi  
36 feito um trabalho em conjunto com a PRDU e com a Depi, verificaram todos os recursos que  
37 tinha na lista da PRDU, recursos da Depi, fizeram uma tratativa e não foi executado. Tem  
38 algumas obras também que deixaram de ser executadas. Um exemplo é a reforma do prédio do  
39 Cotuca naquele acordo com o Campinas Decor. Os recursos que tinham sido previstos e  
40 aprovados pela COP, no final a Reitoria conseguiu recursos extraorçamentários de convênio, e

1 usou esses recursos, então esses recursos sobraram, foram cancelados do orçamento, o que  
2 gerou uma redução. Então, aqui estão falando do saldo de anos anteriores, de saldo de despesas  
3 aprovadas e de investimentos que foram negociados para serem feitos em alguma época.  
4 Quando vão para aquele saldo financeiro, que era um pouco da dúvida, antigamente sempre  
5 tinham essa dúvida muito maior porque entrava um valor total e iam dividindo os pedaços, se  
6 é saldo ou se não é. Esses R\$377 milhões que aparecem no gráfico são exatamente o caixa  
7 financeiro que está no banco. Então, esse valor é o valor real, independentemente de qualquer  
8 coisa, que já tenha de empenho ou que já tenha sido empenhado. O saldo financeiro em reais é  
9 esse valor aqui apresentado, ele não está com nenhum acréscimo e nenhum desconto, então essa  
10 parte é real, é o que está no caixa. O Professor ALEXANDRE LEITE RODRIGUES DE  
11 OLIVEIRA diz que é esse o dinheiro que o governo vê como disponível. O SENHOR  
12 PRESIDENTE diz que o que a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão vê, na verdade, é o  
13 que está declarado no balanço patrimonial de 2019, que ela está cobrando. É claro que ela vê  
14 também essa informação que fornecem, mas o que ela está cobrando agora é o superávit  
15 financeiro que aparece no balanço patrimonial, cujo valor total é R\$148,5 milhões, dos quais  
16 R\$48 milhões se referem ao superávit ordinário e R\$100,5 ao superávit vinculado. Vinculado  
17 aos convênios externos, dinheiro da saúde, outras coisas. A divergência que há entre as  
18 universidades, ou a Unicamp em particular, e a Secretaria, é que a Unicamp acredita que só o  
19 superávit ordinário, ou seja, R\$48 milhões, é que estaria sujeito ao PL 529, enquanto,  
20 naturalmente, a Secretaria gostaria de recolher os R\$148,5 milhões, que é o valor total do  
21 superávit financeiro declarado. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que como o  
22 professor Francisco entrou no balanço do superávit, esclarece, usando 2019 como exemplo, que  
23 em 2019 a Unicamp recebeu um orçamento, o orçamento estadual que vem publicado na LOA,  
24 e as liberações financeiras do tesouro do estado. As liberações financeiras estão próximas desse  
25 valor orçamentário. Então, quando é passado o orçamento, por exemplo R\$2 bilhões, podem  
26 empenhar despesas até R\$2 bilhões. Para 2019, precisavam de despesas além do orçamento que  
27 veio para a Universidade. A parte técnica faz o pedido do superávit financeiro, que é lastrado  
28 no balanço do ano anterior, recebe mais dotação, ano passado receberam por volta de R\$100  
29 milhões de dotação, e não recebem o financeiro disso. Então, se empenharem o valor total, farão  
30 um déficit orçamentário, porque receberam de orçamento com o recurso financeiro um valor  
31 X, empenharam no balanço, utilizaram o dinheiro da reserva e empenharam esse valor a mais,  
32 aparecendo um déficit no exercício. Além disso, outra coisa que está gerando um pouco de  
33 confusão é que existe o déficit financeiro, que é mais ou menos o mesmo cálculo, mas sem  
34 considerar as dotações, tudo que entra e tudo que foi pago. Aqui nesse financeiro, o pago é  
35 independente do ano que foi feito o empenho da despesa. A folha de janeiro foi empenhada no  
36 final de 2018, ela entrou no orçamento de 2018, então ela dá o superávit orçamentário em 2018,  
37 só que o financeiro acontece só dia 05 de janeiro de 2019, então entra esse valor financeiro, é o  
38 que dá um pouco de diferença. E a folha de dezembro que entrou no orçamentário vai aparecer  
39 no financeiro do outro ano. Nesse financeiro, também tiveram déficit de R\$81 milhões, então  
40 tudo o que a Universidade recebeu de recursos, tesouro do estado e essa receita própria, que são

1 os recursos para a Universidade. O que o estado está pensando, ele busca um superávit que  
2 aparece no balanço patrimonial, que apresenta todo ativo financeiro e o passivo financeiro da  
3 Universidade. No ativo financeiro, vão estar registradas todas as receitas durante o ano, todas  
4 as saídas também. Então, todo aquele saldo que veio de 2018 para 2019 está dentro desse ativo.  
5 O passivo financeiro é tudo que foi empenhado, o que possuem de empenho ativo. Viraram o  
6 ano com caixa de R\$400 milhões, aproximadamente, então é este valor o financeiro. No caixa,  
7 havia R\$48 milhões livres de despesas, então não existia empenho desses R\$48 milhões, eles  
8 não estavam no passivo financeiro, e o seu passivo financeiro fazia os R\$352 milhões, que  
9 geraram esses R\$48 milhões de superávit financeiro. Então, é o superávit que não foi  
10 empenhado, o que pode acontecer por dois motivos: ou dotação acabou ficando empenhada em  
11 algum item de custeio e no final do ano viram que não ia acontecer e foi cancelada, e essa  
12 dotação ficou livre, ou essa dotação pode ter sido cancelada, uma dotação de restos a pagar de  
13 anos anteriores. Se há um empenho de 2018, não deu certo a obra, cancelam o empenho, essa  
14 dotação não volta, só que o financeiro fica livre no saldo, então isso pode ajudar a fazer o  
15 superávit. Estão falando só de recursos de ICMS e de contas; o professor Alexandre tinha citado  
16 recursos da Finep, se isso vier com convênio, ele está em recursos de convênio, considerado  
17 um extraorçamentário. Quando fazem o cálculo total dessas outras contas, chegam no que não  
18 foi empenhado de convênio, que é um pouco do que o professor Francisco estava falando, que  
19 dá mais R\$100 milhões, e então chegam aos R\$150 milhões a que eles acham que têm direito.  
20 Só que quando a gente fala que as universidades não concordam, até usando um exemplo  
21 simples, é se fazem um convênio de cinco anos, estão previstas despesas para os cinco  
22 exercícios, então recebem R\$10 milhões no início do convênio, esse dinheiro vem para o caixa,  
23 e no primeiro ano se gasta por volta de R\$2 milhões. Então, para o ano seguinte, quando for  
24 gastar mais R\$2 milhões, haverá R\$8 milhões no caixa de um ano para o outro. Só que isso não  
25 teria empenho, porque não há como empenhar esse valor se ele vai ser utilizado nos próximos  
26 anos. O orçamento tem um princípio da anuidade, então, só se empenha o que é daquele  
27 exercício. As despesas que do convênio estão programadas para os próximos anos, vai ter  
28 dotação nos próximos anos. Então, em um convênio de cinco anos que receberam o dinheiro,  
29 ele vai dar superávit pelo menos para uns três anos até chegar no final do convênio. O superávit  
30 não é uma sobra, exatamente. É um valor, é um acordo que está entre a Universidade, o  
31 convênio federal, alguma outra entidade, uma empresa, tem um termo. E tanto que não faz  
32 sentido retirar esses valores vinculados, porque como eles estão vinculados em contrato, ao  
33 final do convênio, se não foi gasto, talvez isso volte para a agência fomentadora, volte para a  
34 empresa, você tem que devolver para a empresa. E se você passar isso para o convênio, quando  
35 acabar você deu para o estado e você não tem como devolver para empresa. É um pouco do que  
36 está em discussão nesse PL, que a Secretaria de Gestão entende como valor total e não  
37 conseguem entender como isso vai ser possível legalmente de ser transferido para o estado. O  
38 SENHOR PRESIDENTE diz que acha que agora ficou mais ou menos clara essa divergência  
39 de interpretação entre as universidades e o estado. Na verdade, também há uma divergência de  
40 interpretação como esse recurso de convênio deveria ter sido declarado. Mas o que o senhor

1 Thiago falou é o essencial, não podem devolver recurso dessa natureza, e eventualmente ter de  
2 devolvê-lo de novo, não podem devolver duas vezes, não podem ceder esse recurso ao estado  
3 e depois serem obrigados a devolver o mesmo recurso ao ente que financiou aquele valor. Isso  
4 não faria nenhum sentido. Não chegarão ao fim de 2021 com recursos se confirmada a previsão  
5 de arrecadação, a previsão de gastos, e mesmo que não levem em conta o PL 529. Então a  
6 situação já é preocupante, ainda que o PL 529 não seja aprovado ou não tenha efeitos sobre a  
7 Universidade. Redigir um parágrafo nesse sentido é uma ótima ideia, e agradece ao professor  
8 Sérgio. Não havendo mais observações, submete à votação a segunda revisão orçamentária, que  
9 é aprovada por unanimidade. Na eventualidade de o projeto de lei ser aprovado com algum  
10 impacto significativo sobre a Universidade, talvez tenham de convocar uma COP  
11 extraordinária, ou então usar uma próxima reunião da COP para discutir isso, e aí eventualmente  
12 fazer uma nova proposta para o Consu, levando em conta os efeitos daquilo que for aprovado.  
13 Há uma dificuldade muito grande inclusive das pessoas e talvez até do estado, de reparar que  
14 como as universidades têm autonomia, toda folha de pagamento está embutida, todo pagamento  
15 de salários etc., está embutido naqueles recursos que são repassados para a Universidade ao  
16 longo do ano. Então, não se trata simplesmente de cortar custeio. Se não tiverem aprovação do  
17 PL, já terão dificuldades. Mas, se tiverem aprovação do PL, não terão recursos para pagar  
18 salários, terão sérias dificuldades talvez no ano de 2020, com certeza no ano de 2021. Nada  
19 mais havendo a tratar, eu, Aline Marques, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação  
20 dos Senhores Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário.  
21 Campinas, 27 de agosto de 2020.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 144ª **SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO**, realizada em 29 de junho de 2021, sem alterações.*